



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

22 de setembro de 2020

Ata da Centésima Octagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e a pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Deputados Nilton Franco e Vilmar de Oliveira. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 51/2020, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 6, de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 194/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “altera dispositivo da Lei número 3.683, de 24 de junho de 2020, para dispor sobre a prorrogação da vedação à interrupção de fornecimento de água e energia elétrica de que trata a referida Lei”; Projeto de Lei número 196/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Exmo. Senhor Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, João Luiz Rocha Sampaio”; Projeto de Lei número 207/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Vale do Santa Tereza – PA – Arlindo no município de Crixás do Tocantins”; Projeto de Lei número 208/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a divulgação, mediante informativos



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

afixados em salões de cabeleireiros dos programas de doação de cabelos para pacientes em tratamento de câncer”; Projeto de Lei número 209/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana estadual de incentivo à doação de cabelos para pessoas em tratamento de câncer, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 210/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Esportiva Recreativa Aurenny III”; Projeto de Lei número 211/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a Campanha de Combate aos Golpes Financeiros aplicados contra idosos”; Projeto de Lei número 212/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Tocantins, o Dia Estadual das Vítimas da Covid-19”; Projeto de Lei número 213/2020, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “dispõe sobre a hemodiálise em trânsito para pacientes portadores de doenças renais crônicas e dá outras providências”; Projeto de Lei número 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Prefeito Antonio Poincaré de Andrade” a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; Ofício número 559/2020, oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

número 1/2020, que “dispõe, no âmbito do Tribunal de Contas, sobre o prazo de prescrição para o exercício da pretensão punitiva, o prazo de decadência para instauração da tomada de contas especial e dá outras providências”; Ofício oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de lei número 2/2020, que “altera a Lei número 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que “cria o Funseg”, e dá outras providências”; Ofício 71/2020, oriundo da Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia, solicitando o reconhecimento, para dos devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, da ocorrência do Estado de Calamidade Pública; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Brejinho de Nazaré, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Brejinho de Nazaré; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Centenário, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Centenário; Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Colinas do Tocantins; e Ofício oriundo da Prefeitura Municipal de Pequizeiro, solicitando a prorrogação de decretação de Estado de Calamidade Pública no município de Pequizeiro. Logo após, o Senhor Presidente determinou a inclusão do Projeto de Lei número 33, de 13 de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

fevereiro de 2020, que “denomina-se de Ivo Carlesse o Hospital Geral de Gurupi HGG-Tocantins”, na Ordem do Dia da presente Sessão, conforme art. 76 combinado com o inciso III e § 1º do art. 71, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 224/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 226/2020, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade; 227 e 228/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 229/2020, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado; 230, 231, 232, 233, 234, 235 e 236, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 237, 238, 239 e 249/2020, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 241/2020, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco; e os Requerimentos que receberam os números 1.332 a 1.389. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora para Reunião Extraordinária na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reabrindo-a às quinze horas e trinta e quatro minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Jair Farias e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Olyntho Neto. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1.391/2020, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder do Governo, que requer a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão, das matérias referentes ao



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Projeto de Lei número 33/2020 e Projetos de Decreto Legislativo números 77/2020, 78/2020, 79/2020, 80/2020 e 81/2020, bem como a inclusão destas matérias na Ordem do Dia da Sessão subsequente, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para discussão e votação em segundo turno, o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 33/2020, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina-se de Ivo Carlesse o Hospital Geral de Gurupi – HGG- Tocantins”, o qual votado, foi aprovado com o voto contrário do Senhor Deputado Professor Júnior Geo e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo números 77/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 218, de 12 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Colinas do Tocantins; 78/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 182, de 29 de abril de 2020, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Brejinho de Nazaré; 80/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 183, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Centenário”; 81/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 242, de 10 de junho de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Pequizeiro”; e 79/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “reconhece, para os devidos fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Crixás”; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário